

BANCO DE LA NACION ARGENTINA
(SUCURSAL BRASIL)

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

BANCO DE LA NACION ARGENTINA (SUCURSAL BRASIL)

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Relatório de Administração

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações contábeis do Banco de la Nación Argentina - Sucursal Brasil relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, acompanhada das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis.

O ano de 2022 foi marcado pela retomada da economia após o impacto decorrente da pandemia do COVID-19 e pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia, iniciado em fevereiro de 2022. Os conflitos prejudicaram processos de produção, logística e abastecimento, especialmente na Europa, com conseqüente inflação e avanço nos preços de itens básicos. A economia brasileira, por outro lado, reagiu bem aos impactos da guerra e por conseqüência, o Banco também não sofreu maiores impactos.

A crise financeira na Argentina, apesar de ser a matriz do Banco, não trouxe maiores impactos para o Banco, uma vez que tivemos diversas operações referente confirmações de cartas de crédito e o risco país do Banco não mudou.

Atendo ao planejamento estratégico definido para o Banco em 2022, foi possível alcançar um crescimento da carteira comercial de 29,3% quando comparado com o exercício anterior. O Banco tem buscado recuperar seus indicadores realizando as adequações de infraestrutura (implementação do saque em banco 24 horas, melhorias no Home Banking), diminuindo as despesas administrativas e buscando maior eficácia na administração dos recursos do Banco.

Com isso, demonstramos que as ações vêm sendo implementadas tem apresentado resultado esperado e que com a oferta de novos produtos o número de negócios da agência tende a expandir.

Ações em andamento para 2023

Dentre as ações previstas para o 1º semestre de 2023, o Banco tem como finalidade a tendência do crescimento da carteira, visto que a expectativa é de uma melhora nos negócios da agência, devido a retomada econômica do país, bem como vinculado aos reflexos das medidas que estão sendo adotadas pelo governo para que as empresas se reestabeleçam no mercado nacional e internacional.

Buscando um processo de melhoria continua, o Banco tem como objetivo executar uma adequação na estrutura organizacional. Conforme citado, foram implementados em 2022 alguns serviços digitais como Home Banking, Banco 24 horas e o aplicativo para consultas e saques. Além do retorno das operações vinculadas amparadas na Resolução 2921 do BCB. Continuaremos realizando adequações de infraestrutura tecnologia (atualização do sistema contábil, implementação do Pix e boleto bancário, Cartão de débito e crédito, Maquininhas de pagamento), a fim de oferecer novos produtos e serviços aos nossos clientes, com a expectativa de obtermos maior volume de depósitos, possibilitando assim reflexo positivo na geração de novos negócios.

São Paulo, 24 de março de 2023.

À Administração.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores do
Banco de La Nación Argentina (Sucursal Brasil)
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco de La Nación Argentina (Sucursal Brasil) ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco de La Nación Argentina (Sucursal Brasil) em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Continuidade das atividades operacionais

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, na qual consta que o Banco mantém prejuízos acumulados de R\$ 75.222 mil e teve prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 6.526 mil. Essas informações denotam a necessidade de que a Diretoria continue adotando medidas no sentido de salvaguardar sua continuidade operacional. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das atividades operacionais do Banco. Nossa opinião não contém modificação em decorrência desse assunto.

Ênfase

Partes relacionadas

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 26 às demonstrações contábeis, na qual consta que o Banco possui operações passivas com partes relacionadas, no montante de R\$ 43.163 mil. Caso essas operações fossem realizadas com terceiros, as condições e os resultados poderiam vir a ser diferentes daqueles advindos de operações com partes relacionadas. Nossa opinião não contém modificação em decorrência desse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o “Relatório da Administração”.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o “Relatório da Administração” e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o “Relatório da Administração” e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no “Relatório da Administração”, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2023.

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA (SUCURSAL BRASIL)

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e Patrimônio Líquido			
	Nota explicativa	2022	2021		Nota explicativa	2022	2021
Circulante		52.047	23.272	Circulante		66.684	29.924
Disponibilidade		4.472	738	Instrumentos financeiros		51.978	28.596
Caixa e equivalente de caixa	4	373	738	Depósitos		1.808	1.069
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e 5	4.099	-	Obrigações por Operações Compromissadas	12	1.006	4.006
Instrumentos financeiros		44.879	19.522	Obrigações por empréstimos e repasses	13	49.164	23.521
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	Relações Interfinanceiras		-	-
Operações de crédito	7	10.560	6.766	Relações Interdependências		268	121
Carteira de câmbio	7 e 8	34.319	12.756	Recursos em trânsitos de terceiros		268	121
Relações interfinanceiras		724	1.251	Outros passivos	14	14.438	1.207
Pagamentos e recebimentos a liquidar		-	-	Cobranças/arrecadação de tributos e assem.		6	4
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central		675	1.251	Fiscais e previdenciárias		136	121
Correspondentes		49	-	Diversas		741	1.081
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	7b	(156)	(83)	Provisão para garantias Financeiras Prestadas		-	1
Operações de crédito		(14)	(21)	Valores a pagar Sociedade Ligadas		13.555	-
Carteira de câmbio		(142)	(62)	Não Circulante		4.254	1.891
Títulos de crédito à receber		-	-	Outros passivos	14	4.254	1.891
Outros ativos		2.128	1.844	Fiscais e previdenciárias		838	880
Diversos	9	1.452	1.177	Provisões para demandas judiciais	15	3.416	1.011
Bens não de uso próprio	10	652	652	Patrimônio Líquido		26.478	32.962
Despesas antecipadas		24	15	Capital:			
Não Circulante		45.369	41.505	De domiciliados no exterior	17a	88.423	88.423
Instrumentos Financeiros		28.774	25.587	Reserva de reavaliação	17b	12.754	12.834
Títulos e valores mobiliários	6	28.744	25.575	Reserva para contingências		523	523
Operações de crédito	7	30	12	Prejuízos acumulados		(75.222)	(68.818)
Imobilizado de Uso	11	14.883	14.995	Total do passivo e patrimônio líquido		97.416	64.777
Imóveis de uso		23.172	23.172				
Outras imobilizações de uso		1.507	1.447				
(Depreciações acumuladas)		(9.796)	(9.624)				
Intagível	11	1.712	923				
Sistema de processamento de dados		157	157				
Licenças e direitos autorais de uso		507	1.377				
Software em desenvolvimento		1.645	-				
(Amortização acumulada)		(597)	(611)				
Total do ativo		97.416	64.777				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA (SUCURSAL BRASIL)

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Semestre 31/12/2022	2022	2021
Receitas da intermediação financeira		3.383	6.211	2.813
Operações de crédito		439	1.791	740
Rendas de aplicação interfinanceiras de liquidez		153	189	27
Resultado de títulos e valores mobiliários	18	1.784	3.169	1.198
Resultado de operações de cambio	19	1.007	1.062	848
Despesas da intermediação financeira		(868)	(1.469)	(727)
Operações de captação no mercado		(193)	(372)	(302)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	20	(639)	(1.025)	(408)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.e	(36)	(72)	(17)
Resultado bruto da intermediação financeira		2.515	4.742	2.086
Outras receitas (despesas) operacionais		(7.308)	(11.936)	(10.636)
Receitas de prestação de serviços		29	56	54
Reversões de Provisões		-	-	-
Despesas de pessoal	21	(2.819)	(5.427)	(6.044)
Outras despesas administrativas	22	(1.654)	(3.212)	(2.753)
Despesas tributárias		(362)	(647)	(417)
Outras receitas operacionais	23	40	82	357
Outras despesas operacionais	24	(2.542)	(2.788)	(1.833)
Resultado operacional		(4.793)	(7.194)	(8.550)
Resultado não operacional		156	668	854
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-	-
Prejuízo do semestre		(4.637)	(6.526)	(7.696)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA (SUCURSAL BRASIL)

Demonstração resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de Reais)

	0		
	Semestre31/12/2022	2022	2021
Prejuízo do período	<u>(4.637)</u>	<u>(6.526)</u>	<u>(7.696)</u>
Outros Resultados Abrangentes do Período	<u>(21)</u>	<u>(42)</u>	<u>(41)</u>
Realização de reserva de reavaliação	<u>(21)</u>	<u>(42)</u>	<u>(41)</u>
Resultado Abrangente do Período	<u><u>(4.658)</u></u>	<u><u>(6.568)</u></u>	<u><u>(7.737)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA (SUCURSAL BRASIL)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Capital Social realizado	Reservas de reavaliação	Reservas para contingências	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	77.997	12.915	523	(61.245)	30.190
Aumento de capital	10.426	-	-	-	10.426
Reservas de reavaliação	-	(81)	-	122	41
Prejuízo do semestre	-	-	-	(7.696)	(7.696)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	88.423	12.834	523	(68.819)	32.961
Mutuação do exercício	10.426	(81)	-	(7.574)	2.771
Saldos em 31 de dezembro de 2021	88.423	12.834	523	(68.819)	32.961
Aumento de capital	-	-	-	-	-
Reservas de reavaliação	-	(81)	-	123	42
Prejuízo do semestre	-	-	-	(6.526)	(6.526)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	88.423	12.753	523	(75.222)	26.477
Mutuação do exercício	-	(81)	-	(6.403)	(6.484)
Saldos em 30 de junho de 2022	88.423	12.794	523	(70.646)	31.094
Aumento de capital	-	-	-	-	-
Reservas de reavaliação	-	(40)	-	61	21
Prejuízo do semestre	-	-	-	(4.637)	(4.637)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	88.423	12.754	523	(75.222)	26.478
Mutuação do semestre	-	(40)	-	(4.576)	(4.616)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA (SUCURSAL BRASIL)

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de Reais)

	Semestre findo em 2022	Exercício findo em 2022	Exercício findo em 2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo ajustado	(2.328)	(3.834)	(6.615)
Prejuízo do semestre	(4.637)	(6.526)	(7.696)
Ajustes:			
Depreciação e amortização	87	173	188
Realização de reserva	21	42	41
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	77	189	17
Reversão de provisão	(42)	(117)	-
Provisão para contingências	2.165	2.405	836
(Aumento)/diminuição nos subgrupos do ativos operacionais	(15.738)	(28.316)	(220)
Títulos e Valores mobiliários	(1.784)	(3.169)	3.102
Relações interfinanceiras	487	527	(536)
Operações créditos	(1.643)	(3.810)	(6.759)
Outros ativos financeiros	(12.540)	(21.661)	3.835
Outros ativos	(258)	(203)	138
Aumento/(diminuição) nos subgrupos do passivos operacionais	21.733	36.718	(2.341)
Depósitos	726	739	530
Obrigações por Operações Compromissadas	(2.500)	(3.001)	(5.297)
Relações interfinanceiras	-	-	-
Relações interdependência	121	147	(149)
Obrigações por empréstimos e repasses	12.537	25.642	5.405
Outros passivos	10.848	13.191	(2.830)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades operacionais	3.666	4.568	(9.174)
Aquisição/Alienação de Ativo Imobilizado	(58)	(60)	(119)
Aquisição/Alienação de Ativo Intangível	(248)	(775)	(939)
Caixa Líquido proveniente das atividades de investimento	(305)	(835)	(1.058)
Aumento de capital	-	-	10.426
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	-	-	10.426
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	3.361	3.734	194
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.111	738	544
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4.472	4.472	738
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	3.361	3.734	194

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

O Banco de La Nación Argentina - Sucursal Brasil ("Banco" ou "BNA") tem como objetivo a prática de operações e serviços permitidos aos bancos comerciais, aos bancos de investimento e às sociedades de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e normas do Banco Central do Brasil - BACEN, notadamente operações de fomento ao comércio exterior.

O Banco é uma sucursal do Banco de La Nación Argentina, Instituição Oficial da República Argentina, autorizada a funcionar no Brasil, de acordo com o Decreto nº 46.186, de 11 de junho de 1959.

O Banco, tem apresentado queda no seu resultado, devido os seguintes fatores: menor volume de operações de crédito, e os custos associados ao processo de encerramento da agência no Rio de Janeiro, que continuaram impactando negativamente no resultado do Banco. Para que o Banco apresente recuperabilidade à curto e médio prazo a Administração tem como expectativas: a conclusão do processo de venda dos imóveis da Agência Rio de Janeiro, revisão dos gastos do Banco com o objetivo de reduzir os custos operacionais, buscas de novas operações de comércio exterior e correspondentes.

Em 27 de novembro de 2019, foi homologado pelo Banco Central do Brasil o encerramento da agência mantida pelo Banco na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Também, concomitantemente a este evento, a Administração do Banco reclassificou contabilmente o imóvel onde estava instalando esta agência de "Ativo Imobilizado" para "Outros Valores e Bens - Bens Não de Uso Próprio (BNDU)", destinando o para venda.

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requeridas para o semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, além das normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional que foram aprovados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN) e estão consubstanciados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Com o intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações contábeis entre o padrão contábil previsto no COSIF em relação aos padrões internacionais (IFRS), o Bacen divulga a Resolução CMN nº 4.818/20 e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, com vigência a partir de 1º janeiro de 2021, onde consolida os critérios gerais para elaboração, divulgação e envio de demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Por meio da Instrução Normativa BCB nº 236 de 17 de fevereiro de 2022, que passaram a ser aplicadas a partir do exercício de 2022, principais alterações implementadas: as contas de balanço patrimonial que estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, sendo este procedimento aplicado para as demonstrações contábeis dos valores correspondentes ao período anterior, os quais estão sendo apresentados para fins de comparação.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre períodos.

Na elaboração das demonstrações contábeis são utilizadas, quando aplicável, estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para demandas judiciais, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros, de outras provisões e sobre a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. O nível de arredondamento de valores monetários utilizados na apresentação das demonstrações contábeis é na casa de milhares.

A autorização para conclusão das demonstrações contábeis foi dada pela Administração em 24 de março de 2023.

3. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata dia". As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

b. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e em moeda estrangeira (considerados na rubrica de Disponibilidades e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez com prazo original igual ou inferior a 90 dias).

c. Aplicações interfinanceiras

São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d. Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos em Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do exercício.

e. Depósitos Compulsórios

É um instrumento do Banco Central para garantir a segurança do sistema financeiro. Isso é feito por meio de uma determinação para que bancos e outras instituições financeiras depositem, no BCB, parte de suas captações à vista, a prazo ou na poupança.

f. Instrumentos Financeiros

Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Resolução CMN nº 3.086/2003 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados conforme a intenção da Administração em três categorias específicas: títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento.

Operações Compromissadas

As operações compromissadas referem-se à compra de títulos com o compromisso de revenda em data futura, com rentabilidade ou parâmetro de remuneração estabelecido na data da contratação, ou seja, são aplicações financeiras, com lastro em títulos públicos federais, sendo realizadas sempre com instituições financeiras do mercado.

Operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para perdas associadas ao risco de crédito.

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, observando:

- (i) Os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e

- (ii) A avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução CMN nº 2.682/1999, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:
- A atualização dessas operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em "Receita" e a partir do 60º dia em "Rendas a apropriar", independentemente de seu nível de risco e, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas;
 - As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais;
 - As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco;
 - A Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e levam em conta às normas e instruções do CMN e BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

Carteira de Câmbio

As operações de câmbio são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais (em base "pro-rata" dia) auferidas e a provisão para outros créditos de liquidação duvidosa, nos termos da Resolução CMN nº 2.682/99, quando aplicável.

Em 25 de novembro de 2021 o BACEN publicou a Resolução CMN nº 4.966 e Resolução BCB nº 219 em 20 de março de 2022, onde dispõe sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros. Esta Resolução revoga a Resolução 2682/99, as Circulares nº 3.068/01 e 3082/02, entre outras. Quanto a vigência da Resolução CMN nº 4.966, em 1º de janeiro de 2022 entram em vigor: o artigo 24, os artigos 76 a 78, o inciso XIX do artigo 80 e janeiro de 2025 os demais dispositivos desta mesma Resolução.

Depósitos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades.

Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações em moeda estrangeira estão registradas em valor presente, incorporando os encargos incorridos até a data do balanço e atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços.

g. Ativo imobilizado

Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.535/2016, o imobilizado corresponde aos bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades da Empresa por período superior a um ano.

São reconhecidos pelo valor de custo e ajustados por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

h. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

É reconhecida perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Nenhuma perda por *impairment* foi reconhecida no resultado do período.

i. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As contingências ativas e passivas e obrigações legais - fiscais e previdenciárias são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/2009:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;
- Passivos contingentes: São constituídos levando em conta a opinião dos Assessores Jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e tampouco divulgação;
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: refere-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (impostos e contribuições). Estão reconhecidos e provisionados, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

j. Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda (IRPJ) é calculada com base na alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras até 31 de julho de 2022, incidente sobre o lucro, após considerados ajustes determinados pela legislação fiscal, conforme Lei 14.183 de 2021. E a partir de 1º de agosto até 31 de dezembro de 2022 será aplicada a alíquota de 21%, conforme previsto na Medida Provisória nº 1115 de 2022.

k. Imposto diferido

Um ativo fiscal diferido deve ser reconhecido para o registro de prejuízos fiscais não utilizados e créditos fiscais não utilizados na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais não utilizados e créditos fiscais não utilizados possam ser utilizados.

Na medida em que não for provável que estará disponível lucro tributável contra o qual prejuízos fiscais ou créditos fiscais não utilizados sejam utilizados, o ativo fiscal diferido não deve ser reconhecido. Assim, apesar das ações para aumento da carteira, o Banco não possui expectativa de lucro tributável.

l. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data das demonstrações contábeis, calculados "pro-rata" dia e, quando aplicável, reduzidos por estimativas de perdas para refletir o valor de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

Descrição	2022	2021
Caixa e equivalente de caixa		
Disponibilidades	373	738
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.099	-
Total	4.472	738

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA - SUCURSAL BRASIL

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostas:

<u>Operações compromissadas - posição bancada</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Até 360 dias		
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	4.099	-
Total	<u>4.099</u>	<u>-</u>

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA - SUCURSAL BRASIL

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

6. Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão classificados como “títulos mantidos até o vencimento”, para os quais não houve reclassificações nos períodos, são demonstrados a seguir o valor de custo atualizado:

a. Abertura por categoria/vencimento:

Carteira Própria	Venc.to.	2022		2021	
		Valor de custo	Valor do contábil	Valor de custo	Valor do contábil
Carteira própria		17.049	24.126	17.049	18.355
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	01/09/2024	2.429	5.763	2.429	2.809
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	01/09/2025	14.620	18.363	14.620	15.546
Vinculado a garantia		6.593	4.618	6.593	7.220
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	01/09/2024	2.779	3.612	2.779	3.214
Venda c/Compromisso de Recompra (LFT)	01/09/2025	3.814	1.006	3.814	4.006

b. Abertura por tipo de título

Carteira própria	2022		2021	
	Até 360 dias	Acima 360 dias	Até 360 dias	Acima 360 dias
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	28.744	-	25.575
Total	-	28.744	-	25.575

Os títulos públicos são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic). O Banco possui capacidade financeira de manter os referidos títulos até o vencimento.

(*) LFTs vinculadas à garantia estão distribuídas da seguinte maneira: R\$ 3.612 com vencimento em 1º de setembro de 2025 estão em garantia B3 individual e por operação e R\$ 1.006 vinculados com compromisso de recompra junto ao Banco Provincia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

7. Operações de crédito

a. Distribuição das operações por faixa de vencimento e tipo de produto:

Operações de crédito	Até 360 dias	Acima 360 dias	Total
Empréstimos e títulos descontados	1.509	-	1.509
Adiantamentos sobre contratos de cambio	34.319	-	34.319
Empréstimos à Pessoa Física	14	30	44
Financiamentos em moeda estrangeira	9.037	-	9.037
Subtotal	44.879	30	44.909
Provisões p/ Crédito de Liquidação Duvidosa	(156)	-	(156)
Total em 31 de dezembro de 2022	44.723	30	44.753
Total em 31 de dezembro de 2021	19.439	12	19.451

Ocorreu no semestre a recuperação de R\$ 188 referente a operações de créditos que estavam baixadas para prejuízo.

b. Classificação das operações nos níveis de risco

Nível de risco	Percentual de provisão %	2022		2021	
		Total das operações	PCLD	Total das operações	PCLD
AA	-	14.243	-	2.600	-
A	0,5	30.666	156	16.934	83
B	1	-	-	-	-
C	3	-	-	-	-
D	10	-	-	-	-
E	30	-	-	-	-
F	50	-	-	-	-
G	70	-	-	-	-
H	100	-	-	-	-
		44.909	156	19.534	83

c. Distribuição das operações por atividade econômica

Atividade econômica	2022	2021
Setor privado:		
Industria	42.049	17.340
Comércio	2.817	2.179
Pessoas físicas	44	15
	44.909	19.534

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA - SUCURSAL BRASIL

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

d. Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento das operações

Operações de crédito - A Vencer	2022			2021		
	De 01 a 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima 180 dias	De 01 a 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima 180 dias
Capital e Juros						
Empréstimos e títulos descontados	253	-	1.256	2.600	-	-
Adiantamentos sobre contratos de cambio	22.135	-	12.184	12.755	-	-
Títulos de crédito a receber	-	-	-	-	-	-
Empréstimos à Pessoas Física	-	-	44	3	-	12
Financiamentos em moeda estrangeira	6.524	-	2.513	-	4.164	-
Total	28.912	-	15.997	15.358	4.164	12

e. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão de créditos de liquidação duvidosa apresentou as seguintes movimentações:

	2022	2021
Saldo inicial	(83)	(2.460)
Reversões (Constituição)	-	217
Baixas p/prejuízo	(73)	(17)
	-	2.177
Saldo final	(156)	(83)

8. Carteira de câmbio

Ativo	2022	2021
Câmbio comprado a liquidar	33.389	12.276
Outros	930	480
Total	34.319	12.756

9. Outros ativos - diversos

Descrição	2022	2021
Circulante	478	248
Outros	478	248
Não Circulante	974	929
Devedores depósito em garantia (nota 13)	974	929
	1.452	1.177

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

10. Outros valores e bens - Bens Não de Uso Próprio (BNDU)

Em 08 de novembro de 2019 o BACEN autorizou a transferência dos Imóveis situados na cidade do Rio de Janeiro que se encontravam contabilizados em Ativo Imobilizado para Outros Valores e Bens - Bens Não de Uso Próprio (BNDU). Tal autorização foi concedida pois na ocasião a agência encontrava-se em processo de fechamento e seu imóvel disponível para a venda, assim esse ativo não estava sendo utilizado em suas atividades. Tal reclassificação foi argumentada conforme procedimentos descritos nos seguintes normativos: Resolução 4535/2016 - Ativo Imobilizado de Uso e Circular nº 1.273/1987 - Seção 11 - Ativo Permanente. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, apresenta os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
4º andar	228	228
5º andar	216	216
22º andar	208	208
	<u>652</u>	<u>652</u>

11. Ativo imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados e intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação do período, originando o valor líquido contábil, sendo constituído da seguinte forma:

Descrição	Custo	Depreciação / Amortização acumulada	Valor Contábil	
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
Imóveis de Uso (Terrenos/Edificações)	23.172	8.479	14.693	14.823
Instalações	632	608	24	32
Móveis e Equipamentos	49	46	3	5
Equipamentos de processamento de dados	589	493	96	125
Sistema de segurança	24	24	-	-
Sistema de Comunicação	35	28	7	3
Outros equipamentos	97	37	60	7
Sistema de transporte	81	81	-	-
Imobilizado de uso	<u>24.679</u>	<u>9.796</u>	<u>14.883</u>	<u>14.995</u>
Sistema de Proc. De dados adquiridos	157	157	-	-
Licença de uso	507	440	67	923
Software em desenvolvimento	1.645	-	-	-
Intangível	<u>2.309</u>	<u>597</u>	<u>1.712</u>	<u>923</u>
Total Geral	<u>26.988</u>	<u>10.392</u>	<u>16.595</u>	<u>15.917</u>

12. Obrigações por Operações Compromissadas

Em 31 de dezembro de 2022, apresenta-se um saldo de operações compromissadas com o Banco Província de Buenos Aires de R\$ 1.006 (31 de dezembro 2021 - R\$ 4.006)

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

13. Obrigações em moeda estrangeira

Os empréstimos e captações efetuados com outras Filiais do Banco de la Nación Argentina no exterior, principalmente nos Estados Unidos e Espanha, em função da competitividade das taxas. Os saldos das operações no período são:

Descrição	2022	2021
Em moeda estrangeira (US\$)	9.423	4.215
Taxa de conversão do dólar	5,2177	5,5805
Em moeda nacional	49.164	23.521
Vencimento até 360 dias	49.164	23.521

14. Outros passivos

Descrição	2022	2021
Circulante	14.438	1.207
Provisão para pagamentos a efetuar	685	615
Fiscais e previdenciárias	136	121
Tributos e assemelhados	6	4
Provisão para garantias Financeiras Prestadas	-	1
Valores a pagar sociedade ligadas	13.555	-
Credores diversos - país	56	466
Exigível a Longo Prazo	4.254	1.891
Fiscais e previdenciárias	838	880
Provisão para passivos contingentes	3.416	1.011
	18.692	3.098

15. Provisão para demandas judiciais

O Banco, no curso normal de suas atividades, está sujeito a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus Assessores Legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para eventuais demandas judiciais. A provisão constituída está composta da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Trabalhistas e Previdenciários	898	911
Tributárias	2.518	100
Não circulante	3.416	1.011

Em 31 de dezembro de 2022 está provisionado o montante de R\$ 3.416 (R\$ 1.011 em dezembro 2021) o qual, segundo a Administração, suportada na opinião de seus Assessores Legais levantada em 31 de dezembro de 2022, são suficientes para fazer a face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA - SUCURSAL BRASIL

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

Nas datas das demonstrações contábeis, o Banco apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos relacionados a contingências:

Descrição	Depósitos em Garantia		Provisão Constituída	
	2022	2021	2022	2021
Trabalhistas e Previdenciárias (i)	11	-	898	911
Tributária (ii)	963	929	2.518	100
	<u>974</u>	<u>929</u>	<u>3.416</u>	<u>1.011</u>

- (i) A variação na provisão ocorre devido provisão baixa decorrentes de perdas de processos trabalhistas;
- (ii) Saldo decorrente de provisão por processo administrativo em julgamento perante a Receita Federal.

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço patrimonial

O Banco tem ações de naturezas tributárias e cíveis, envolvendo riscos de perda classificadas pela Administração como possível (com base na avaliação de seus Assessores Legais) para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Descrição	2022	2021
Administrativos (*)	1.322	1.322
Tributária	-	-
	<u>1.322</u>	<u>1.322</u>

- (*) Demanda judicial em andamento proveniente pela não entrega de declarações dentro do prazo legalmente estabelecido.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

16. Imposto de Renda e Contribuição Social

A demonstração do cálculo dos encargos com Imposto de Renda e Contribuição Social é a seguinte:

IRPJ e CSLL	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(6.526)	(7.696)
Adições	3.048	470
Provisões indedutíveis	3.048	470
Exclusões	(270)	(356)
Outras exclusões	270	(356)
Resultado antes das compensações	(3.749)	(7.582)
Base da Contribuição Social	(3.749)	(7.696)
Alíquota 15%	-	-
TOTAL DA CSLL	-	-
PREJUÍZO APÓS A CSLL	<u>(6.526)</u>	<u>(7.696)</u>
Adições	2.981	475
Despesas com provisões indedutíveis	2.981	475
Exclusões	(291)	(356)
Outras Receitas Operacionais	291	(356)
Resultado antes das compensação base negativa	(3.837)	(7.577)
Base do Imposto de Renda	(3.837)	(7.577)
ALÍQUOTA 15%	-	-
TOTAL DO I.R.P.J.	<u>-</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2022, o Banco possui créditos tributários nos montantes de R\$ 70.584 referentes a saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, os quais não foram constituídos em função da baixa expectativa de geração de lucro futuro, e por não atender aos dispositivos da Resolução CMN nº 3.059/2002, alterada pelas Resoluções CMN nº 4.842/20 e nº 4.955/21 e Circular nº 3.776 do BACEN.

17. Patrimônio Líquido

a. Capital social

As instituições financeiras estrangeiras devem registrar o capital estrangeiro investido e os lucros capitalizados no Banco Central do Brasil, para que possam remeter dividendos sobre esse capital ao exterior, bem como para repatriação de capital. O Banco tem investimentos registrados em capital estrangeiro no valor de US\$ 16.947 mil. O capital social do Banco de la Nación Argentina no Brasil, em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 88.423 (R\$ 88.423 em dezembro 2021).

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

b. Reserva de reavaliação - reavaliação de imóveis.

O Banco procedeu à reavaliação de imóveis de uso no ano de 2004, com base em laudo emitido por peritos avaliadores credenciados, aprovados pela Administração. A reavaliação foi registrada na forma requerida pela Circular BACEN nº 3.081/2002. Para fins de cálculo da depreciação, deve ser considerado o prazo remanescente de vida útil dos imóveis reavaliados, constante do respectivo laudo de avaliação.

A Administração do Banco decidiu manter a reavaliação até sua realização, cujo registro está líquido dos efeitos tributários no montante de R\$ 12.754 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 12.834 em 31 de dezembro de 2021).

18. Resultado de títulos e valores mobiliários

Descrição	2022	2021
Rendas de Títulos de Renda Fixa	5.431	1.474
Despesas com TVM e Inst. Financeiros	(2.262)	(276)
	<u>3.169</u>	<u>1.198</u>

19. Resultado de Câmbio

Descrição	2022	2021
Rendas de Câmbio	37.301	17.662
Despesas de Câmbio	(36.239)	(16.814)
	<u>1.062</u>	<u>848</u>

20. Despesas de operações de empréstimos, cessões e repasses

Descrição	2022	2021
Desp. e obr. com bancos no exterior - Juros	(987)	(399)
Desp. e obr. com bancos no exterior - IR	(38)	(9)
	<u>(1.025)</u>	<u>(408)</u>

21. Despesas de Pessoal

Descrição	2022	2021
Benefícios ao pessoal	(1.271)	(1.332)
Honorários a diretores	(1.066)	(1.005)
Encargos sociais	(795)	(1.275)
Proventos	(2.272)	(2.418)
Despesas por treinamento aos funcionários	(23)	(14)
	<u>(5.427)</u>	<u>(6.044)</u>

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA - SUCURSAL BRASIL

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

22. Outras despesas administrativas

Descrição	2022	2021
Aluguéis	(680)	(605)
Outras Despesas Administrativas	(440)	(369)
Serviços técnicos especializados	(425)	(362)
Comunicações	(354)	(357)
Serviços de vigilância e segurança	(213)	(215)
Serviços de terceiros	(196)	(178)
Manutenção e conservação de bens	(176)	(131)
Depreciações	(172)	(149)
Processamento de dados	(131)	(66)
Promoções e relações públicas	(88)	(7)
Transporte	(87)	(73)
Água, energia e gás	(84)	(67)
Material	(46)	(33)
Serviços do sistema financeiro	(36)	(33)
Seguros	(28)	(32)
Viagem no país	(27)	(19)
Publicações	(19)	(10)
Viagem no exterior	(7)	(3)
Propaganda e publicidade	(2)	(6)
Intangível	(1)	(38)
	(3.212)	(2.753)

23. Outras receitas operacionais

Descrição	2022	2021
Var. de Taxa de Ordens de Pagamento	-	286
Recuperação de Encargos e Despesas	41	6
Outras	40	65
	82	357

24. Outras despesas operacionais

Descrição	2022	2021
Desp. Prov. Oper. - Outras Trabalhistas	(353)	(912)
Desp. Prov. Oper. - Outras Fiscais	(2.418)	-
Outras Despesas Operacionais	(17)	(922)
	(2.788)	(1.833)

25. Resultados não recorrentes

O Banco não apresentou até 31 de dezembro 2022 resultados não recorrentes, ou seja, qualquer resultado que não esteja relacionado com as atividades típicas da instituição e/ou não estivesse previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA - SUCURSAL BRASIL

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

26. Transações com partes relacionadas

a. Transações com outras sucursais no exterior

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o saldo resultante de operações com outras sucursais no exterior, efetuadas em condições pactuadas em contrato, eram as seguintes:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Disponibilidades em moedas estrangeiras	301	575
	<u>301</u>	<u>575</u>
Passivo		
Empréstimos no exterior	43.163	23.521
Outras Obrigações	-	-
	<u>43.163</u>	<u>23.521</u>
Resultado		
Receitas	1.286	403
Despesas	(1.018)	(228)
	<u>268</u>	<u>175</u>

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração é realizada pelo Banco de La Nación Argentina - (Sucursal Brasil). Dessa forma segue desembolsos financeiros em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Descrição	2022	2021
Honorários a Diretores	(1.066)	(1.005)
	<u>(1.066)</u>	<u>(1.005)</u>

27. Limites operacionais - índices da Basileia

a. Patrimônio de referência exigido (PRE)

O Banco está enquadrado nos limites estabelecidos na Resolução CMN nº 2.099/94, com alterações introduzidas pelas Resoluções CMN nº 4.912/21 e 4.913/21 e Circular BACEN nº 3.644/13, alterada pela Circular BACEN nº 3.834/17 apresentando índice de patrimônio em relação aos ativos ponderados, conforme segue:

Descrição	2022	2021
PR - Patrimônio de Referência Nível 1	24.765	32.039
RWAcpad - Risco de Crédito	46.995	39.998
RWAOPAD - Risco Operacional	522	522
RWACAM - Risco de câmbio	56.668	43.214
RWA	<u>104.185</u>	<u>83.734</u>
RBAN -Risco <i>Banking</i>	1.278	63
Margem de patrimônio em relação ao limite	<u>16.013</u>	<u>27.015</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

b. Limite de imobilização

Indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência - PR com o ativo permanente imobilizado. O índice para 31 de dezembro de 2022 é de 60,10% (em 31 de dezembro de 2021 era de 46,80%) e o quadro a seguir demonstra a apuração:

Descrição	2022	2021
Patrimônio de Referência - PR	24.765	32.039
Limite máximo permitido - 50% (-) Ativo permanente	12.383 (14.883)	16.020 (14.995)
Margem	<u>(2.500)</u>	<u>1.025</u>

Indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência (PR) em relação ao ativo permanente imobilizado, conforme a Resolução nº 4.957/21 do CMN e Resolução nº 4.958/21 do CMN.

O índice de imobilização apresentado em 31 de dezembro 2022 não está dentro do limite regulamentar de 50%, conforme determinado pela Resolução nº 4.957/21 do CMN.

Entre as providências tomadas para tal regularização, foi solicitado a junto a Matriz a integralização dos recursos recebidos referente recuperação judicial.

28. Plano de implementação da Resolução CMN nº 4.966

Conforme definido na Resolução CMN nº 4.966 no artigo 76, alterado pela Resolução CMN nº 5.019, de 23 de junho de 2022, segue de maneira resumida como um plano de implementação da regulamentação contábil da resolução acima citada:

O Banco analisou os principais pontos que impactam na implementação da Resolução CMN nº 4.966, sendo os principais:

a. Aspectos contábeis:

Dentro dos aspectos contábeis, o BNA avaliou que deveremos mapear aquilo que modifica os procedimentos contábeis praticados atualmente:

- Processos e reportes contábeis;
- Alteração de roteiros contábeis;
- Alteração processo de lançamentos manuais;
- Revisão de plano de contas;
- Adequação do fluxo de geração de layout dos CADOCs;
- SPED Contábil/ SPED Fiscal;
- Geração informações SCR e DOC 3040;

- Alteração DLO e demais reportes de riscos.

b. Sistemas:

O BNA está em processo de migração de versão do sistema core utilizado para o registro das operações e emissão dos reportes contábeis e regulatórios. Sem a conclusão da atualização da versão não conseguimos viabilizar as adequações necessárias. Esta migração está prevista para término no primeiro semestre 2023.

c. Outros impactos:

- Adequações das demonstrações contábeis, com redesenho e principais aspectos comparativos;
- Adequação de relatórios gerenciais.

Além dos pontos citados acima, ressaltamos que o Banco está enquadrado como S4, assim, estamos no aguardo da divulgação da metodologia simplificada para análise e estudo da implementação do cálculo da perda esperada.

Conforme ocorrer a divulgação das normas do Banco Central do Brasil e o sistema do BNA for atualizado, iremos atualizar e elaborar um plano de implementação com maior detalhamento, incluindo prazos, atribuições e responsabilidades.

29. Gestão de risco

A Política do Banco é composta de metodologias, procedimentos e instrumentos utilizados para garantir a eficiência e a eficácia dos processos internos de gerenciamento dos riscos, observando o perfil de atuação e a complexidade dos negócios do Banco.

As diretrizes seguem as regras estabelecidas pelo Banco Central do Brasil e da Casa Central na Argentina, os relatórios são divulgados por meio do site na internet www.bnabr.com.br.

a. Risco operacional

A política de risco operacional do Banco tem como objetivo definir diretrizes para a implantação e disseminação da cultura para gestão do risco operacional, em todos os níveis do Banco, estabelecendo papéis e obrigações para cumprir os objetivos traçados pela Administração.

O gerenciamento de risco operacional deve prever:

- Identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional;

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

- Documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco operacional;
- Elaboração, com periodicidade mínima anual, de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco operacional;
- Realização, com periodicidade mínima anual, de testes de avaliação dos sistemas de controle de riscos operacionais implementados;
- Elaboração e disseminação da política de gerenciamento de risco operacional ao pessoal da Instituição, em seus diversos níveis, estabelecendo papéis e responsabilidades, bem como as dos prestadores de serviços terceirizados;
- Existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar graves perdas decorrentes de risco operacional;
- Implementação, manutenção e divulgação de processo estruturado de comunicação e informação.

b. Risco mercado

Com o objetivo de criar uma estrutura compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços e atividades de investimento e, sendo definido como risco de mercado com a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha na medição e nas políticas de investimento da Instituição, esta definição incluem o risco associado à inadequação ou deficiência nos processos decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição ao respeito da atuação no mercado financeiro, a Administração formalizou os parâmetros, políticas, princípios e ações a serem implementadas mediante a Resolução da Administração nº 31/2008, que instituiu a estrutura e a política de gerenciamento de risco de mercado.

A Resolução indica que a Política de Administração de Ativos financeiros e Risco de Mercado será definida em conjunto pela Casa Matriz e a Administração, instruindo políticas de investimento, *fundings*, e limites de colocações por ativos e instituições. Detalha também a avaliação contínua do mercado e o sistema de comunicação entre operadores e Administração. Para o correto acompanhamento do mercado o Banco adquiriu um sistema de informação financeira para apuração do risco de carteira.

A citada Resolução define a estrutura de organização e responsabilidade.

A auditoria interna do Banco controla com periodicidade anual a estrutura e a política de gerenciamento de risco de mercado.

c. Risco de crédito

A gestão dos riscos de crédito do Banco envolve: o conhecimento prévio e profundo do cliente, a coleta de documentação e de informações necessárias para a análise completa do risco envolvido na operação, a classificação do grau de risco, a concessão do crédito, as avaliações periódicas dos níveis de risco, a determinação das garantias e dos níveis de provisões necessárias. Também são levados em consideração, as condições de mercado, os perfis dos clientes, seu histórico de desempenho junto ao Banco e perspectivas econômicas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

d. Risco de liquidez

O Risco de Liquidez resulta da possibilidade de o Banco ter acesso limitado à disponibilidade de caixa em valor suficiente para honrar as saídas de caixa necessárias à liquidação financeira de suas operações.

e. Análise de Sensibilidade

A metodologia da análise de sensibilidade consistirá na realização e construção de um dos cenários de risco de liquidez, abrangendo:

- Saques inesperados e simultâneos de depósitos: consistindo na prospecção hipotética de que todos os depósitos serão sacados pelos clientes simultaneamente. Com isso, apura-se o impacto na estrutura dos ativos de alta liquidez do Banco;
- Inadimplência da carteira de crédito com impacto nas obrigações de com "funding": considerando que as operações de crédito são custeadas com recursos obtidos com outras sucursais no exterior, deverá ser analisado o impacto na estrutura de liquidez do Banco considerando o possível riscos de descasamentos e descumprimento nas obrigações no cenário hipotético de inadimplências.

f. Risco Socioambiental

Risco Socioambiental é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de danos socioambientais.

A Política de Responsabilidade Socioambiental, trata da criação do Comitê de Risco Socioambiental cuja responsabilidade é deliberar sobre os temas que envolvam riscos socioambientais de acordo com critérios e parâmetros predefinidos.

g. Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital tem como objetivo dar suporte ao Banco na manutenção de um nível de capital compatível com os riscos incorridos em suas operações, e tem por fundamento um processo contínuo de monitoramento e controle de seu capital, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que o Banco está exposto, planejamento de metas e de necessidade de capital considerando os objetivos estratégicos do Banco e uma postura prospectiva, antecipando os efeitos sobre o capital de possíveis mudanças nas condições de mercado.

30. Garantias prestadas

As garantias por fianças e avais prestados montam R\$ 0 (zero), em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 100 em 31 de dezembro de 2021). O total da provisão passiva para garantias financeiras prestadas apurada em 31 de dezembro 2022, era de R\$ 0 (zero), (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2020).

31. Seguros

O Banco adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

32. Outros serviços prestados pelos auditores independentes

Informamos que a Empresa contratada para auditoria das demonstrações contábeis do Banco não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, nos quais o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e tampouco exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

33. Eventos subsequentes

I. Integralização de crédito de recuperação judicial ao Capital

Em 16 de janeiro de 2023 a Matriz autorizou a integralização ao Capital do montante de MR\$ 13.556 recebidos pelo Banco referente créditos de recuperação judicial referente operações de crédito contabilizadas para prejuízo e que foram vendidas a ex-sucursal Cayman. Esse montante deveria ser devolvido à Matriz, porém ela autorizou a integralização.

A autorização foi submetida à análise do BCB e em 28 de fevereiro de 2023, os valores foram contabilizados em Reserva de Capital alterando o Capital Social do Banco para R\$ 40.040, regularizando assim o índice de imobilizado.

II. Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 8 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de maneira definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma Empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se e quando o STF entender que o pagamento é devido.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

A Administração avaliou com os seu Assessor Jurídico Externo os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da Administração suportada por seu Assessor Jurídico, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

Jorge Matías Romano
Diretor Geral

Pablo Daniel Buhl
Diretor

Sandra Margarida Lima
Contadora
CRC 1SP-323.353/O-3